

COMBUSTÍVEIS

Lula prorrogará isenções

Presidente eleito anuncia medida para tentar conter escalada de preços. Horas antes, Jean Paul Prates foi escolhido para a Petrobras

» MICHELLE PORTELA

Em meio a alta dos preços do álcool, do diesel e da gasolina, o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva comunicou que prorrogará a isenção de impostos federais sobre os combustíveis. O anúncio foi feito ontem por meio de interlocutores, horas depois da confirmação do senador Jean Paul Prates (PT-RN) para a presidência da Petrobras.

O fim da isenção dos impostos federais — cuja Medida Provisória publicada por Jair Bolsonaro às vésperas das eleições perderia a validade hoje — representaria uma alta de R\$ 0,69 no litro da gasolina, podendo levar o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA), que mede a inflação em todo o país, para 1% em janeiro. Contudo, o início de 2023 será marcado por um cenário de alta dos preços por conta da recomposição do ICMS, cujas alíquotas são definidas pelos governadores.

Em entrevista concedida à GloboNews, a presidente do PT Gleisi Hoffmann avaliou a decisão como necessária. “Eu, particularmente, defendo que tenha pelo menos uma prorrogação até a gente entrar para ver como está a política de preços de combustíveis da Petrobras. Porque o problema não é a questão do tributo, é a política de preços da Petrobras. É a dolarização que aconteceu”, disse.

Prates, que ainda terá o nome oficializado pelo Ministério de Minas e Energia ao conselho de administração da Petrobras, confirmou que pretende rever os mecanismos de definição de preços da empresa — a terceira maior do mundo em petróleo e gás —, e mostrou-se favorável à ampliação da renúncia proposta por Lula.

Próximos passos

Antes de ser empossado, Prates terá de cumprir regras estabelecidas pelo estatuto da petroleira. Sua indicação teve como base as recentes alterações na Lei das Estatais, que passou a permitir a entrada de políticos em cargos de gestão estratégica das empresas nacionais.

“Nós ainda temos um processo de tramitação próprio. A

Roque de Sá/Agência Senado



O fim da isenção dos impostos federais representaria uma alta de R\$ 0,69 no litro da gasolina, podendo levar o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) para 1% em janeiro



Eu, particularmente, defendo que tenha pelo menos uma prorrogação até a gente entrar para ver como está a política de preços de combustíveis da Petrobras”

Gleisi Hoffmann,
presidente do PT

indicação da Petrobras tem uma aprovação do conselho e a análise de elegibilidade. Então, isso leva mais uns 15 dias, pelo menos. Depois, temos que nos organizar e saber como a companhia está”, explicou o senador em



Eu sempre disse que o PPI não é um marco, um índice fechado, como é a inflação. O que é o PPI? O PPI é paridade de importação, não é paridade internacional”

Jean Paul Prates, senador

sua primeira declaração, após ser confirmado para o cargo.

Visto como nome certo para o comando da empresa, devido à oposição constante ao governo Bolsonaro, a indicação de Prates foi bem recebida pelo

mercado de combustíveis, uma vez que possui formação técnica. Ele contribuiu para que o governo pudesse criar mecanismos de controle e mitigar o impacto da política do Preço de Paridade de Importação (PPI), que pressionou o valor do litro dos combustíveis comercializados pela Petrobras na maior parte da atual gestão.

Prates destacou que a situação ainda será estudada pelo novo governo. “Eu sempre disse que o PPI não é um marco, um índice fechado, como é a inflação. O que é o PPI? O PPI é paridade de importação, não é paridade internacional. Quando a gente fala em extinguir o PPI ou parar de usar o PPI como referência, não é que a gente vá desgarrar o preço completamente do mercado internacional. A gente não vai criar uma economia paralela no Brasil”, assegurou.

Histórico

O petista ganhou protagonismo no primeiro semestre deste ano, quando o Congresso Nacional discutiu medidas para controlar o PPI, com o objetivo de baixar o preço dos combustíveis para a população brasileira. Aos 54 anos, advogado e economista, Prates possui experiência no segmento do petróleo, gás natural, biocombustíveis, energia renovável e recursos naturais, onde acumulou mais de 30 anos de trabalho. Inclusive, já atuou na assessoria jurídica da estatal e fundou a primeira consultoria brasileira especializada em petróleo.

O parlamentar foi o condutor das articulações da oposição sobre o assunto no Senado Federal e relatou dois projetos de lei. Propôs a simplificação do ICMS (imposto cobrado pelos estados sobre os produtos produzidos pela Petrobras) para todo o Brasil, assim como um prazo de adaptação para a nova cobrança, na qual o preço do diesel e

do biodiesel seria a média dos últimos 60 meses.

A nova forma de tributação seria aplicada para a gasolina, o etanol anidro combustível, o diesel, o biodiesel, o gás liquefeito de petróleo (GLP), o gás liquefeito de gás natural (GLGN) e o querosene de aviação (QAV).

Assim que assumir o cargo, Prates se reunirá com o conselho empresarial e com a sociedade para “apresentar, de forma detalhada, nossos planos para a empresa”. Ele acredita que por se tratar de uma empresa de economia mista — que une capitais privados e do Estado — “precisa conciliar essa natureza ao seu papel estruturante na economia brasileira”.

“Vejo a Petrobras como uma empresa que precisa olhar para o futuro e investir na transição energética para atender às necessidades do país, do planeta e da sociedade, além dos interesses de longo prazo de seus acionistas”, disse, por meio de nota.

Entidades comemoram indicação

A indicação do senador Jean Paul Prates (PT-RN) para a presidência da Petrobras foi avaliada positivamente por pesquisadores do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Inep).
Mahatma Ramos dos Santos, pesquisador do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Inep), destaca a posição crítica de Prates ao Preço de Paridade de Importação (PPI) adotado pela Petrobras durante o governo de Jair Bolsonaro. A política de preços motivou uma série de aumentos até a adoção de medidas governamentais para controle de preços gerais de combustíveis.

“A indicação de Jean Paul Prates à presidência da empresa significa uma mudança estratégica, uma vez que sua avaliação da atual gestão sempre teve um olhar crítico. Além disso, o senador tem uma longa trajetória técnica e de ativismo legislativo no setor de energia, o que o coloca como um especialista respeitado sobre o tema”, avaliam os pesquisadores.

Com a entrada de Prates, pesquisadores do instituto aguardam pela revisão normativa da empresa. “A expectativa do Inep é de que a nova gestão da Petrobras faça uma revisão das diretrizes da companhia no sentido de recolocá-la como empresa integrada e diversificada.”

Petroleiros

A Federação Única dos Petroleiros (FUP) divulgou uma nota em apoio às indicações de Alexandre Silveira e Jean Paul Prates, escolhas do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva para assumir, respectivamente, o Ministério de Minas e Energia e a presidência da Petrobras. O anúncio já era esperado pelo mercado.

“As escolhas do presidente Lula acendem uma chama de esperança, sustentada pelo compromisso do novo governo com o povo brasileiro e com a soberania nacional. Jean Paul Prates vem participando das lutas em defesa da Petrobras, além de ter uma visão crítica sobre o Preço de Paridade de Importação (PPI), implementado no governo de Michel Temer, em outubro de 2016”, destacou Deyvid Bacelar, coordenador-geral da FUP.

O Preço de Paridade de Importação (PPI) foi adotado pela Petrobras para calcular o valor dos combustíveis, vinculando este custo à variação do dólar, ao preço do barril do petróleo no mercado internacional e aos gastos de importação dos derivados. “Prates entende que a Petrobras é também um instrumento de mudança social, além de ter vasta experiência nas áreas de petróleo e gás e de energia renovável e meio ambiente”, afirmou Bacelar.

A FUP ressalta, ainda, que Prates preside a Frente Parlamentar

Roque de Sá/Agência Senado



Indicação já era aguardada pelo mercado. Futuro presidente é elogiado por currículo técnico

Mista em Defesa da Petrobras (que reúne mais de 200 deputados e 40 senadores), tendo tido papel de destaque, como relator, em projeto de lei que busca a criação de mecanismos para minimizar os reajustes de preços dos combustíveis. A proposta tramita na Câmara. Já Silveira é relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, que garante recursos ao Bolsa Família.

Abicom

O presidente da Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), Sérgio Araújo, também defendeu a indicação do senador à Petrobras. “Achei muito boa a indicação do Jean Paul. Ele é um profundo conhecedor do nosso setor e muito aberto ao diálogo. Certamente fará o melhor para a Petrobras e

para o nosso país”, avalia.

Quanto ao PPI, destacou que os ajustes devem ocorrer após negociações. “Eu acredito que será encontrada uma forma da Petrobras, demais produtores de derivados de petróleo e importadores conseguirem operar, garantindo o abastecimento nacional, e com preços justos alinhados ao mercado das commodities”, finaliza.



A expectativa do Inep é de que a nova gestão da Petrobras faça uma revisão das diretrizes da companhia no sentido de recolocá-la como empresa integrada e diversificada”

Mahatma Ramos dos Santos,
pesquisador do Inep



Jean Paul Prates vem participando das lutas em defesa da Petrobras, além de ter uma visão crítica sobre o Preço de Paridade de Importação (PPI), implementado no governo de Michel Temer, em outubro de 2016”

Deyvid Bacelar,
coordenador-geral da FUP